

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO RIO GRANDE DO SUL: DAS ORIGENS À REALIZAÇÃO

Vera Teixeira de Aguiar

Este estudo é o resultado parcial de uma pesquisa realizada pelo "Centro de Pesquisas Literárias" do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, durante o ano de 1978, sobre a literatura infanto-juvenil no Rio Grande do Sul. Entre as tarefas estabelecidas, estava a de fazer um levantamento dos autores gaúchos¹ que publicaram obras de literatura infanto-juvenil, elaborando uma bibliografia dos mesmos, e a de sistematizar esses dados através em um eixo cronológico, numa perspectiva histórica, situando o fato literário no amplo contexto sócio-cultural em que foi gerado.

A análise dos dados obtidos permitiu-nos classificar as obras em três fases, segundo sua data de publicação, sem obedecer a normas rígidas, mas visando apenas a facilitar o estudo e a satisfazer o critério histórico-literário adotado. São elas:

- 1ª fase: das origens até 1935, ano em que Erico Verissimo publicou **A vida de Joana d'Arc**;
- 2ª fase: de 1935 a 1959, quando foi publicada a peça premiada de Walmyr Ayala, **Peripécias na lua**;
- 3ª fase: de 1959 em diante.

Analisaremos, neste trabalho, os dois primeiros períodos

1 Consideramos como **autores gaúchos** aqueles que nasceram no Rio Grande do Sul, independente do local em que desenvolveram (ou desenvolvem) suas atividades, incluindo, ainda, os estrangeiros que aqui se fixaram (como Carlos Jansen).

da literatura infanto-juvenil no Rio Grande do Sul: aquele que se inicia por volta de 1880, quando apareceram os primeiros textos destinados a crianças e adolescentes e se estende, como vimos, até à estréia de Erico Verissimo na literatura infanto-juvenil, em 1935, e o período compreendido entre 1935 a 1959 que abrange um número significativo de publicações e, sobretudo, a contribuição decisiva de Erico.

PRIMEIRO PERIODO

O referido período foi um dos mais conturbados da vida brasileira, devido à maré democrática que se seguiu à guerra do Paraguai e que se refletiu na campanha abolicionista e na propaganda republicana.

A abolição da escravatura e a proclamação da República mudaram o perfil social e político do Brasil. Com uma economia predominantemente agrícola, baseada na mão-de-obra escrava, e um sistema de governo apoiado em lentas conquistas de transigência parlamentar e equilíbrio de forças partidárias, o país encontrava-se, no final do século XIX, face à desintegração de suas bases escravocratas e à incerteza de seu futuro político.

A constituição de 1891 significou uma vitória do liberalismo, na medida em que instituiu a forma federativa, estendeu o sufrágio a todos os homens alfabetizados e, com isso, ampliou o eleitorado e permitiu aos Estados elegerem seus próprios governantes, não sendo os mesmos designados por um Imperador situado no Rio de Janeiro. A unidade básica da organização política da República Velha era, assim, o partido estadual. A luta pelo controle dos governos estaduais foi um fator de instabilidade do regime. Entretanto, como o "Presidente podia intervir nos Estados menores e determinar a constituição de suas bancadas parlamentares, o Rio de Janeiro permanecia a sede real do poder" (Love, 1975: 264). A luta pelo poder político era a luta pela presidência.

Apenas três Estados tinham autonomia política (aqueles que apresentavam as maiores arrecadações estaduais e forças políticas): São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, normalmente, os partidos dos dois primeiros uniam-se para excluir o terceiro, na disputa pela presidência. Daí chamar-se este período de República café-com-leite: se o presidente não era indicado pelo Estado produtor de café (São Paulo), representava a terra dos laticínios (Minas Gerais). Portanto, o sistema político da Primeira República "tinha o foco do poder localizado nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente

mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento" (Souza, 1978: 167).

Durante esse período, a agricultura foi o esteio de todos os Estados e para São Paulo e Minas Gerais essa atividade dizia respeito ao café. Como o produto dominava a economia de exportação brasileira, chegando a representar quase 70% de seu valor total, os Estados produtores interessavam-se, sobretudo, pelo comércio externo, enquanto o Rio Grande voltava-se para o comércio interno de produtos agropastoris.

Esse tipo de economia de subsistência, que se desenvolveu no sul, em oposição à economia de exportação, tendia a tornar insignificante o braço escravo. O Rio Grande possuía um número reduzido de cativos, sendo a agricultura e o pastoreio exercidos pelos homens livres. Segundo Ferreira Filho (1958: 118), "ao vir a Lei Aurea, já quase não havia no Rio Grande do Sul escravos a libertar". A abolição da escravatura, portanto, não implicou em sérias conseqüências para a economia do Estado, ao contrário do que ocorreu nas regiões de economia predominantemente de exportação, que viram sua estrutura escravocrata desintegrada.

A economia gaúcha foi privilegiada, ainda, com os investimentos americanos. Enquanto o capital britânico predominava em Minas e São Paulo, o Estado acolhia companhias americanas que, a partir do fim da 1ª Guerra Mundial, interessaram-se em frigoríficos (Armour e Swift), serviços de utilidade pública e transporte ferroviário.

Portanto, ao Rio Grande do Sul coube uma situação singular na federação. Apesar de representar a terceira potência estadual, não deteve, em nenhuma ocasião, o controle federal, até 1930, quando, por suas condições sócio-político-econômicas favoráveis, pôde participar da disputa nacional e, derrotado, instaurar a Revolução de 1930, que encerrou a República Velha.

A vida cultural do país acompanhava o clima de agitação dessa época de mudanças. Lúcia Miguel-Pereira assim apresenta as tendências da literatura de ficção, a partir da década de 80:

O ano de 1881 foi dos mais significativos e importantes para a ficção no Brasil, pois nele se publicaram as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis (saídas na *Revista Brasileira*, no ano anterior) e *O Mulato* de Aluísio Azevedo. Com estes livros se encerrava a indicação da década de setenta, e tomavam corpo duas tendências nela delineadas, a da análise, pre-

nunciada nos primeiros trabalhos do próprio Machado de Assis, e a naturalista, prefigurada principalmente pelo Coronel Sangrado de Inglês de Sousa e por *Um casamento no arrabalde* de Franklin Távora. A terceira, a regionalista, só um pouco depois ganharia feição mais nítida (Miguel-Pereira, 1973:53).

Os três caminhos da ficção — um analisando os reflexos na alma humana de uma época de transição, de quebra de valores, outro, fazendo a crítica das instituições sociais decadentes, e o terceiro, fixando tipos, costumes e linguagens locais; o primeiro, privilegiando o homem, e os dois últimos, enfocando o ambiente em que esse homem agia e reagia — orientavam-se numa perspectiva de busca da nacionalidade, de uma linguagem autêntica para expressar o homem e o cenário brasileiros.

Na década de 10, Lima Barreto deu continuidade às duas primeiras tendências, na medida em que fez crítica da sociedade e análise de caracteres, e os escritores regionalistas (Afonso Arinos, Domingos Olímpio, Monteiro Lobato, Simões Lopes Neto e outros) fixaram, em todos os seus aspectos, o viver de nossa gente, da parte da população livre de contatos estranhos, afastada dos centros culturais de influência européia. Na década de 20, o Movimento Modernista acentuaria o sentimento de brasilidade.

Na literatura rio-grandense, nacionalismo esteve quase sempre ao lado de regionalismo, talvez pelas próprias condições econômicas, políticas e sociais do Rio Grande do Sul, afastado dos maiores centros de cultura. Mas, segundo Guíthermino César:

"... a literatura rio-grandense, ao contrário do que se pensa, jamais deixou de participar de todas as correntes válidas da literatura nacional. O seu regionalismo inspirou-se remotamente no exemplo de poetas e escritores românticos de outras regiões, com os quais — apontei-o no devido lugar — os nossos tiveram íntima afinidade" (César, 1956:21).

O ciclo regionalista iniciou-se com a "Sociedade Partenon Literário", fundada em 1868, como consequência de uma atitude mental necessariamente combativa. O grupo era constituído pelos jovens intelectuais da época e, dentro de um programa variado, em que constavam temas sociais, religiosos, políticos, pedagógicos, estéticos, filosóficos, buscava a afirmação da inteligência e a fixação literária do tipo regional, que foi assimilada pelos autores posteriores.

Ligia Moraes Leite, analisando um certo número de contos regionalistas, das duas primeiras décadas do século XX, conclui caracterizarem-se os mesmos por um código fixo e uma

retórica conservadora, exprimindo sempre o mito do gaúcho-herói. Segundo a autora, o próprio Modernismo, no Rio Grande do Sul, teve caráter conservador devido às pressões do momento que impunham a continuidade do Regionalismo: "a crise da economia cafeeira no País, o enfraquecimento das oligarquias e a cisão da aliança café-com-leite no poder Central; a ascensão de novas forças econômicas e políticas no Estado Gaúcho; o clima de euforia aí predominante e a confiança na conquista breve do Brasil pelo Rio Grande, sonho longamente acalentado pelas elites gaúchas" (Leite, 1978:250).

A evolução da literatura infanto-juvenil brasileira é, também, a busca de uma expressão nacional para temas nacionais. Leonardo Arroyo faz um levantamento exaustivo das leituras infantis, durante o século passado, e verifica que o material de leitura destinado ao público jovem consistia, basicamente, no seguinte:

- livros didáticos, como a *Cartilha nacional*, de Hilário Ribeiro, a *Cartilha imperial*, de Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, ambas de 1885, e o *Livro de leitura corrente*, de A. Mascarenhas, de 1907;
- textos não-infantis, como *Os Lusíadas*, de Camões, *Iracema*, de Alencar, textos de Gil Valente e poemas de Gonçalves Dias, Casemiro de Abreu e Castro Alves;
- textos portugueses, como os *Contos para nossos filhos*, de Maria Amália Vaz de Carvalho, em 1907 já em 5ª edição, *O órfão*, contos infantis de A. Matos Moreira, e uma coleção de teatro infantil;
- textos traduzidos, como os de Júlio Verne, Andersen e a Condessa de Ségur;
- textos adaptados para a infância e a juventude, como *D. Quixote de La Mancha*, de Cervantes, *Robinson Crusóe*, de Daniel Defoe e *Viagens de Gulliver*, de Swift.

Como se pode observar, textos voltados para a realidade brasileira, escritos por autores brasileiros, eram praticamente inexistentes.

A reação nacional ao predomínio da literatura infanto-juvenil alienígena começou a manifestar-se nas zonas culturalmente desenvolvidas, no período pós-romântico, quando o sentimento de brasilidade passou a expressar-se através da revi-

são crítica das estruturas e padrões sociais. Em 1894, Figueiredo Pimentel publicou os **Contos da carochinha**, e, em 1896, as **Histórias da avozinha** e as **Histórias da baratinha**, num primeiro esforço de nacionalização. Seguiram-se outras iniciativas e, em 1918, surgiram os **Contos da avozinha ou contos nacionais para crianças**, de F. Adolfo Coelho, "obra infantil de valor permanente" (Arroyo, 1968: 117).

A partir de então, numerosos autores publicaram contos, peças de teatro, seletas para a infância e a juventude, num esforço de levar ao pequeno leitor os temas de seu meio. Mas foi Monteiro Lobato que realizou a literatura infanto-juvenil brasileira. Em 1921, saiu **Narizinho arrebitado**, que teve texto definitivo em 1934. Ana Mariza Filipouski e Regina Zilberman colocam muito bem a problemática lobatiana, quando afirmam:

"No Brasil, Monteiro Lobato, com sua obra, foi quem transformou o livro num elemento de diálogo entre a criança e o adulto, difundindo, alargando e democratizando a cultura. Entre paisagens e motivos populares, valorizando o folclore e o regionalismo, temas absolutamente próximos de seu tempo, ele atinge o leitor infantil despertando-o para uma valorização crítica da realidade através da exaltação da vivacidade e da capacidade de criação da criança" (Filipouski & Zilberman, 1978:13).

Da mesma forma que a literatura gaúcha acompanha os caminhos da literatura brasileira, apresentando características peculiares, devido às condições sócio-culturais em que se produziu, nossa literatura infanto-juvenil insere-se no contexto da literatura infanto-juvenil brasileira.

Durante o período em estudo, o movimento literário, com vistas à infância e à juventude, era praticamente nulo. Das obras infantis escritas por autores gaúchos², apenas três foram publicadas em Porto Alegre: o livro de poesias infantis de José Fialho Dutra, **Flores do campo**, em 1882; e duas histórias infantis, **Natal triste**, de Dario Bittencourt, em 1920, e **Juca ratão hidróphobo**, de Augusto Gonçalves de Souza Júnior, em 1929. As demais obras encontradas foram publicadas no Rio de Janeiro, endereçando-se, portanto, ao público do centro do país. A situação se justifica, se levamos em conta o papel secundário que o Rio Grande do Sul desempenhava na federação. São deste período uma coletânea dos maiores escritores mundiais, **Minha infância**, de Jorge Jobim, lançada em 1932 e quatro peças de teatro: **A boneca de Lúcia** (1892) e **Princesa Mar-**

² Temos notícias de publicações infantis de Simões Lopes Neto, Ana César e outras autoras (fonte: Guilhermino César). Deixamos, contudo, de citá-las por falta de dados completos das mesmas.

garida (1907), ambas de João Damasceno Vieira Fernandes; **Adão, Eva e os outros membros da família** (1927) e **Circo** (1932), duas peças infantis de Alvaro Moreyra.

Devemos ressaltar, entretanto, a alta freqüência de traduções e adaptações, o que está de acordo com o movimento editorial da época, em termos de material de leitura infanto-juvenil. São desta fase os livros de Carlos Jansen, dedicados à infância e à mocidade brasileiras, com belíssimas ilustrações: **Contos seletos das "Mil e uma noites"**, publicado em 1882, com prefácio de Machado de Assis; **Robinson Crusóé**, de 1885, prefaciado por Silvio Romero; **Contos seletos extraídos para a mocidade brasileira**, lançados também em 1885; **As viagens de Gulliver a terras desconhecidas**, publicado em 1888, com prefácio de Rui Barbosa; **Aventuras maravilhosas do celeberrimo Barão de Munchausen**, de 1891, e, ainda, **Contos para filhos e netos**, de que nos faltam as indicações bibliográficas.

Relacionando o número de autores com o número de textos publicados, ficamos com apenas um autor significativo — Carlos Jacob Jansen.

Alemão vindo para o Brasil como soldado mercenário da legião alemã, em 1851, Jansen radicou-se no Rio Grande do Sul, tornando-se professor e jornalista. Já em 1856 era uma das principais figuras literárias da província, tendo fundado, com João Vespúcio de Abreu, o periódico **O Guaíba**, primeiro órgão literário do Estado. Sua produção literária era rica e variada, mas foi no Rio de Janeiro, como professor do Colégio D. Pedro II, que a ação de Jansen se intensificou. Além das traduções e adaptações de grandes livros da literatura universal, o autor publicou, ainda, a **Biblioteca do Ensino Intuitivo**, sobre Geografia Física, Geologia, Astronomia, Química, Física, Botânica, Zoologia, Economia, Política, Biologia e Economia Doméstica (César, 1977: 3).

Por ter procurado atender aos jovens na sua necessidade de fantasia e conhecimento do real, levando-os a desenvolverem o gosto estético e refletirem sobre a realidade, Jansen foi um dos mais importantes precursores de Monteiro Lobato e da moderna literatura infantil brasileira.

Os caminhos para a criação de textos que questionassem o mundo e estimulassem a imaginação infantil estavam abertos e seriam seguidos, no período seguinte, no Rio Grande do Sul, por Erico Verissimo.

mero de autores de livros infantis que se aventuram no gênero, com um único, se não dois títulos, no máximo, e não produzem mais nada" (Arroyo, 1968:211).

O levantamento dos autores gaúchos que publicaram obras de literatura infanto-juvenil corrobora essa afirmação: de 1935 a 1959, cinquenta e quatro obras foram publicadas por vinte e oito autores, a maioria, portanto, com somente um ou dois títulos. Excetuando-se Erico Verissimo, apenas estes escritores deixaram até cinco publicações infanto-juvenis: Francisco Martins Cardoso Filho, Edy Lima, Antônio Guerra Acauan, Luís Carlos Ribeiro e Maslova Druck. Essa situação denota, de um lado, o crescente interesse pela literatura destinada às crianças e aos jovens revelado pelos nossos homens de letras, mas, de outro, o papel secundário que a literatura infanto-juvenil desempenhou, pois a maioria dos autores apenas se aventurou nessa área, abandonando-a depois da primeira ou da segunda experiência.

Ao contrário do período anterior, em que as obras infanto-juvenis escritas por autores gaúchos eram, em quase sua totalidade, publicadas no Rio de Janeiro, os textos aparecidos entre 1935 e 1959 foram editados, na maioria das vezes, em Porto Alegre, destinando-se, portanto, ao público gaúcho. Apenas quatro títulos vieram do Rio de Janeiro: *Aventuras de um escoteiro* (1940), de Alceu Masson, *Contos mágicos* (1945), de Max Yantok, *A árvore que falava* (1946), de Inocência Galvão de Queirós, e *Aventuras de Andradina* (1949), de Lola de Oliveira. Edy Lima publicou, em São Paulo, *A moedinha amassada* (1945), *O menor anão do mundo* (1948) e *O macaco e o confeito* (1948), enquanto Tassilo Orpheu Spalding lançou, em Petrópolis, o drama juvenil *A cruz de São Francisco* (1957). Foi encontrado, ainda, um livro editado em Canoas, portanto gaúcho, de Heitor Rossato: *Histórias do tio Heitor* (1946).

A predominância de textos publicados no Rio Grande demonstra o crescente movimento editorial do Estado e, como já salientamos, a preocupação dos escritores com o público jovem.

Esse interesse pela literatura infanto-juvenil refletiu-se, também, no plano da criação literária. As adaptações, frequentes no período anterior (sobretudo as de Jansen), são raras: registramos *Simbad, o marítimo* (1941), de Itamar Marques Guimarães, *D. Quixote de la Mancha* (s.d.) e *Os três mosqueteiros* (s.d.), ambas de Antônio Guerra Acauan. Encontramos textos educativos (sobretudo moralistas), históricos e, ainda, aqueles

em que predominam os elementos da fantasia, sem preocupação pedagógica imediata.

Quanto ao gênero, o material de leitura pesquisado pode ser assim classificado: poesia, teatro e ficção (contos e novelas). Foram encontrados apenas dois livros de poesia, *Festas escolares* e *Poesias escolares*, ambos de Francisco Martins Cardoso Filho, publicados em 1945, e onze peças teatrais: *Teatro infantil* (1946), de Cardoso Filho. *A fada Macambira* (1955), de Ernesto Ruben Wayne, *Visão de Natal* (1955), de Lauro Blauth, *O lobo e o pintor*, *O disco voador* e *A coroa do rei*, as três de Luís Carlos Ribeiro (1956), *O casamento da borboleta*, *O homenzinho amarelo* e *No reino da fantasia*, de Maslova Druck (1956), *A cidade dos tiquinhos* (1956), de Rubem Riograndino Belém, e *Antoninho cavanhaque* (1956), de Glênio Peres. Como podemos observar, o ano de 1956 foi de intensa movimentação para o teatro infanto-juvenil em Porto Alegre.

Contudo, a grande maioria das publicações de autores gaúchos para a infância e a adolescência foi textos de ficção: Erico Verissimo iniciou esta fase, publicando, em 1935, *A vida de Joana D'Arc*, e, a seguir, em 1936, *As aventuras do avião vermelho*, *Os três porquinhos pobres* e *Rosa Maria no castelo encantado*. Em 1937, saíram *As aventuras de Tibicuera*, do mesmo autor, e dois livros de Pepita de Leão, *Conta uma história* e *Carlos Magno e seus cavaleiros*. Em 1938, voltou Erico Verissimo, com *O urso com música na barriga*, e Max Yantok editou *O lombrigoplano do professor Pipoca*. Em 1939, Erico Verissimo publicou *Aventuras no mundo da higiene* (2. ed.), *Outra vez os três porquinhos*, *A vida do elefante Basílio* e *Viagem à aurora do mundo*. *As aventuras de um escoteiro*, de Alceu Masson, foi editada em 1940 e, a seguir, surgiram *Osório, perfil de um herói* (1941), de Deoclécio de Antunes, e *Simbad, o marítimo* (1941), de Itamar Marques Guimarães. Em 1942 editaram-se: *E o velho burro falou*, de Gastão Nogueira Gorrese, *Palácio verde*, de Antônio Ildefonso Lima, *Proezas do macaco Guizadinho*, de Augusto Gonçalves de Souza Jr., *O divino mestre*, de Athalício Pithan e *Pindulico no país dos homens-tartarugas*, de Waldomiro Antunes Pacheco. Paulo Corrêa Lopes publicou, em 1943, *O sapo ferreiro* e, em 1944, *Aventuras de um ratinho branco*. Em 1945 foi lançada a primeira história infantil de Edy Lima, *A moedinha amassada*, e, neste mesmo ano, Max Yantok, publicou *Contos mágicos*. *As histórias do tio Heitor*, de Heitor Rossato, e *A árvore que falava*, de Inocência Galvão de Queirós, apareceram em 1946, Edy Lima voltou a dedicar-se à literatura infantil em 1948, quando publicou *O menor anão do mundo* e *O macaco e o*

confeito. No mesmo ano, Mario Quintana publicou **O batalhão das letras** e Antônio Guerra Acauan lançou **Capitão de emboscada**. Em 1949, surgiram as **Travessuras de Andradina**, de Lola de Oliveira, e, ainda na década de 40, Oswaldo Silveira Reis escreveu contos infantis (sem título). **Uma aventura no tempo de Nassau**, de Antônio Guerra Acauan foi publicada em 1951, **O juramento da bola de ouro**, de Tassilo Orpheu Spalding, em 1952, e **Vó coruja conta histórias**, de Jocélia de Buricá, em 1953. Com uma série de obras teatrais, apareceram, em 1956, **O pai da aviação**, de Antônio Guerra Acauan, e **Gente e bichos**, coleção das histórias anteriores de Erico Verissimo. Em 1957, Tassilo Orpheu Spalding publicou **A cruz de São Francisco**, tendo-se, ainda, duas adaptações de Antônio Guerra Acauan, **D. Quixote de la Mancha** e **Os três mosqueteiros**, sem data. Finalmente, em 1959, foi editada a peça premiada de Walmir Ayala, **Peripécias na lua**, abrindo uma nova fase na literatura infanto-juvenil escrita por autores gaúchos.

Analisando os dados levantados, podemos chegar a algumas constatações:

em relação ao período anterior, houve um significativo aumento de interesse dos escritores pelo público jovem, no sentido de oferecer-lhes obras instrutivas, educativas ou recreativas;

a indústria do livro cresceu sensivelmente no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre. Os textos, então, não mais se dirigiam aos leitores do centro do país (como os de Jansen, por exemplo) mas procuravam atender às necessidades culturais das crianças gaúchas;

o teatro infanto-juvenil recebeu um impulso, sobretudo por volta de 1955-6, o que revela a inquietação cultural dos intelectuais gaúchos;

a poesia foi o gênero literário menos praticado: apenas dois livros de poesia foram catalogados, tendo, ambos, objetivos pedagógicos;

contudo, relacionando-se o número de autores com o número de textos publicados, verificamos que apenas um escritor nos legou considerável produção literária — Erico Verissimo. Propiciando à criança o conhecimento do real, através dos elementos da fantasia, informando e educando, ao mesmo tempo que oferecendo ao leitor os ingredientes necessários ao desenvolvimento da imaginação, Erico Verissimo é o autor que realizou a literatura infanto-juvenil gaúcha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Francisco et alii. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
- ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo, Melhoramentos, 1968.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1978.
- CÉSAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1958.
- Um precursor de Lobato. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 3 dez. 1977, Caderno de Sábado, p. 3.
- FERREIRA F^o, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1958.
- FILIPOUSKI, Ana Mariza & ZILBERMAN, Regina. **Erico Verissimo e a literatura infantil**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- LEITE, Ligia C. Moraes. **Regionalismo e modernismo**. São Paulo, Atica, 1978.
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo, Perspectiva 1975.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da literatura brasileira. Prosa de ficção de 1870 a 1920**. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na Primeira República**. In: — **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro, Difel, 1978. p. 162-226.